

ANO 5 - NÚMERO 54 - ABRIL 2019

Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 15

FRONTEIRAS PERIGOSAS NA AMAZÔNIA

p. 08

BIODIVERSIDADE

Os pássaros noturnos da floresta

p. 16

CONJUNTURA

E agora, Brasil?

p. 24

SAGRADO INDÍGENA

Guarani Mbya: os guardiões do milho

p. 42

Não tem sentido

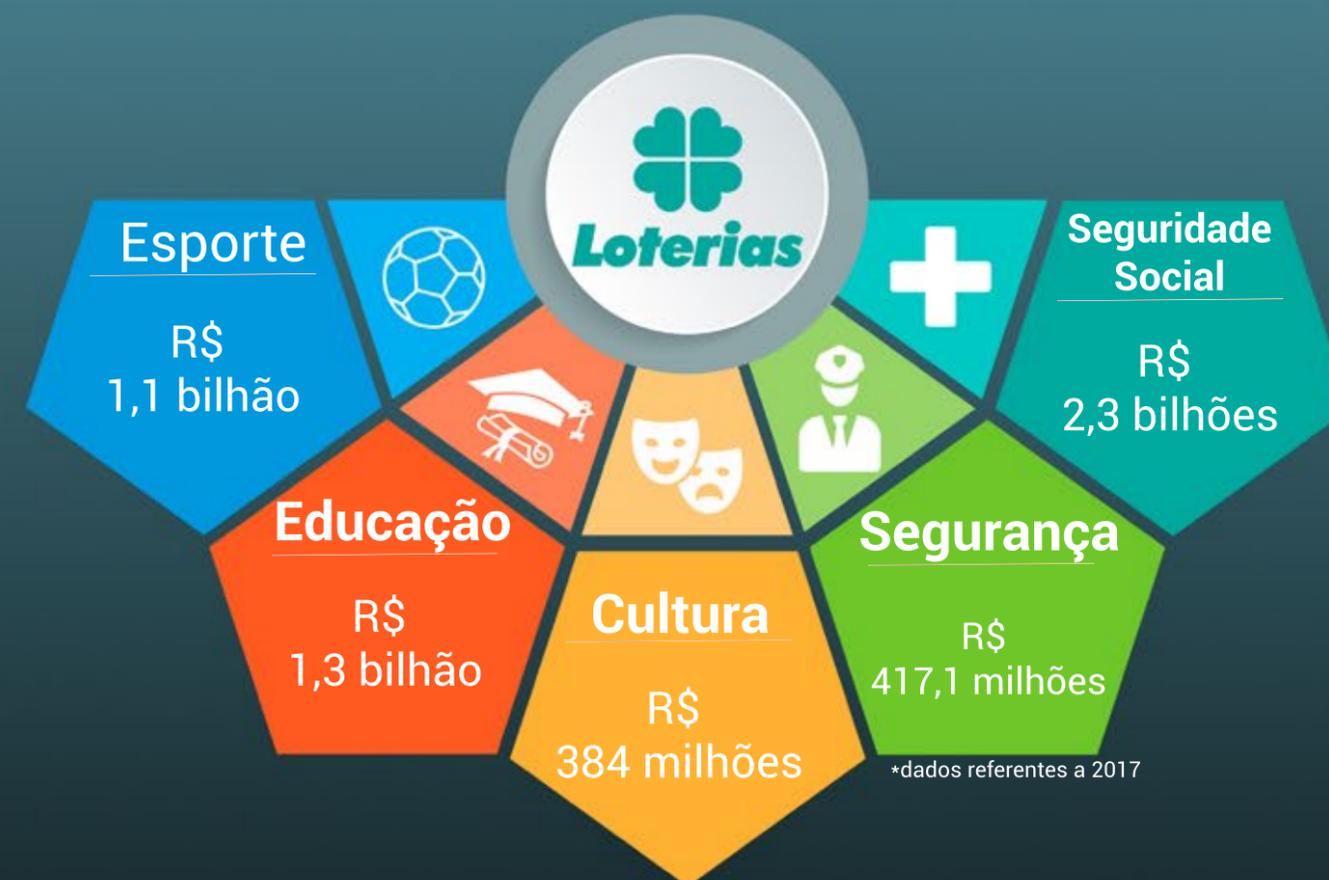
**ENFRAQUECER &
FATIAR &
REDUZIR &
PRIVATIZAR
A CAIXA**

Acesse naotemsentido.com.br e saiba

por que a Caixa jamais deverá ser vendida.

Loterias contribuem para segurança, educação e saúde para todos

39% da arrecadação das Loterias vão para programas sociais



As Loterias Caixa arrecadaram quase R\$13,9 bilhões e transferiram R\$ 5,4 bilhões a programas sociais

#NãoTemSentido Privatizar as Loterias

 **FENAE** FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

www.fenae.org.br

 /fenaefederacao

 @fenaefederacao

 @sigafenae

“ **É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.** ”

Cora Coralina

COLABORADORES/COLABORADORAS ABRIL

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Aturi Kayabi – Escritor Indígena. Bia de Lima – Professora. Clarice Lispector – Escritora (in memoriam). Eduardo Pereira – Sociólogo. Emir Sader – Sociólogo. Iêda Leal – Professora. Iêda Vilas-Bôas – Escritora. Izaete Tavares – Fotógrafa. Jaime Sautchuk – Jornalista. Leonardo Boff – Escritor. Luciano Eichholz – Fotógrafo. Rachel de Queiroz – Escritora (in memoriam). Rodrigo Couto – Jornalista. Rogério Assis – Fotógrafo. Thiago de Mello – Poeta. Zezé Weiss – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1. Jaime Sautchuk – Jornalista | 7. Emir Sader – Sociólogo |
| 2. Zezé Weiss – Jornalista | 8. Graça Fleury – Educadora |
| 3. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo | 9. Jacy Afonso – Sindicalista |
| 4. Ângela Mendes – Ambientalista | 10. Jair Pedro Ferreira – Sindicalista |
| 5. Antenor Pinheiro – Jornalista | 11. Iêda Vilas-Bôas – Escritora |
| 6. Elson Martins – Jornalista | 12. Trajano Jardim – Jornalista |



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires – 386/ GO. Atendimento: Geovana Vilas Bôas (61) 9 9352 9191. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Logística: Calleb Reis. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa – Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Falar de fronteiras nos faz lembrar de mapas, de sinalização, de placas. E, em algumas partes do Planeta, o tema é associado a distâncias, espaços, vazios.

Esse é o caso da América do Sul, mas com um detalhe superinteressante: dos países que formam a Região, nove fazem parte também da Amazônia, o que é bastante diferente. Não são apenas vizinhos, pois fazem parte de um mesmo bioma.

A Região é conhecida pela sua pujança, pelo seu vigor. Não há espaços vazios. Cada milímetro é área suficiente pra brotar aquilo que virá a ser uma exuberante árvore. É isso o que esperamos, ainda hoje. Mas, até quando?

Ações de destruição em todas as partes da Amazônia são apontadas e criticadas nesta edição de Xapuri, que começamos a folhear. Mas a força ainda presente também merece registro, com a mesma dúvida: até quando?

Por isso tudo, matérias como essa que publicamos nesta Xapuri 54, cheias de detalhes, com a marca da reportagem de campo, mais longas e trabalhosas, são mais valorosas, por serem mais informativas. Mas nossa equipe faz isso com naturalidade, por esta ser uma parte de sua missão.

No entanto, muito mais nos espera na revista deste mês. Um ano desde a prisão injusta de Lula, por exemplo. O tempo passa e os acusadores ainda procuram provas, enquanto o país busca os outros rumos, que lhe são apontados pelos novos governantes, meio desnorteados.

Os cem anos da morte de Jesco Von Puttkamer, pioneiro em muitas artes, em especial a fotografia.

O indígena brasileiro, de diversas regiões, dá mais e mais demonstrações de como se tornou o melhor parceiro do Cerrado, aquele que melhor se entrosou ao longo da história.

E Sumac, a Princesa Inca, vem contar sua longa convivência com os povos andinos.

Nossos colunistas, editores e ilustradores nem percebem o país ameaçando parar e seguem adiante. Vamos juntos.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores





Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

A única revista que conheço que trata, todo mês, da ecologia, do meio ambiente e dos direitos humanos, temáticas importantíssimas nestes tempos.

Kelly Aragão – Teresina – Piauí.

A Xapuri foi uma revelação. As matérias são incríveis e as camisetas, lindas!

Mariana Guerra – São Paulo – São Paulo.

Uma bela e profunda explicação da origem dos rios e mananciais! (sobre "Os rios que brotam do paraíso", texto de Altair Sales Barbosa, matéria de capa da Xapuri 53).

Romulo Andrade – Brasília – DF.



08 CAPA
Fronteiras perigosas na Amazônia

32 FORMOSA
Como se tratavam das doenças os primeiros habitantes de Couros

18 ANTROPOLOGIA
Ser índio

42 SAGRADO INDÍGENA
Guarani Mbya: os guardiões do milho

22 CONSCIÊNCIA NEGRA
Ditadura nunca mais!

46 UNIVERSO FEMININO
Yma Sumac: a princesa Inca

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

16 BIODIVERSIDADE
Os pássaros noturnos da floresta

30 ENTREVISTA EXCLUSIVA
Márcia Tiburi: expulsa do seu próprio país

19 BEM-VIVER
Novidade para olhos cansados

35 GASTRONOMIA
O Aluá

24 CONJUNTURA
E agora, Brasil?

38 HISTÓRIA SOCIAL
Comemorar 1964?

26 ECOLOGIA
O centenário de Jesco Von Puttkamer

28 ECOTURISMO
Museu do Cangaço na terra de Lampião

43 MITOS E LENDAS
Como surgiu o milho kateto: lenda indígena do povo Guarani

As imagens mais populares da @xapuri_lojasolidaria

Imagem do mês
5.935 curtidas

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!



FRONTEIRAS PERIGOSAS NA AMAZÔNIA

Jaime Sautchuk

As esparsas fronteiras na Amazônia, especialmente as do Brasil com a Venezuela, de repente ganharam as páginas da mídia, mas ainda são um mistério envolto em perigos à maioria dos brasileiros. A maior parte delas está em terras planas da Planície Amazônica, mas uma grande parte toma conta do Sistema Parima de Serras, onde está também o pico da Neblina, o ponto mais elevado do país.

A parte plana toma uma região pouco habitada e bastante desconhecida, no extremo Oeste brasileiro. A triplíce fronteira no alto rio Negro, onde se encontram Venezuela, Colômbia e Brasil. Ali, ocorre um fenômeno interessante, em que o Canal do Cassiquiare, após percorrer 320 km rumo sul, desde que deixa o Orinoco, vem encontrar-se com o colombiano Guainia e, juntos, formam o Negro, já em território brasileiro.

Quanto ao Cassiquiare, dois fatos interessantes. Primeiro, o de que ele não é canal, como veremos mais adiante. Segundo, que ele nasce marrom, como defluente do montanhoso Orinoco, e percorre a calma e densa floresta amazônica escurecendo aos poucos, por razões que também demonstraremos mais adiante.

REGIÃO DE PLANÍCIE

Em verdade, me refiro à matéria que fiz no ano 2.000, publicada pelo jornal Folha de São Paulo, ilustrada com fotos de Juan Pratginestòs, cujo conteúdo é este:

Expedição da Universidade de Brasília refaz trajeto do explorador alemão Alexander von Humboldt (1769-1859) 200 anos depois e revela que o maior rio da Venezuela é também um dos formadores do Amazonas – Jaime Sautchuk – especial para a Folha.

“O rio Orinoco, que drena 70% do território venezuelano, é um dos dois principais formadores do rio Negro e, portanto, do Amazonas. O canal do Cassiquiare, ligação natural do Orinoco ao Negro, descoberto em 1744, não é um simples canal, como se imaginava, e desempenha papel muito mais relevante na geografia da região.

O Cassiquiare é, isso sim, um defluente (contrário de afluente) do Orinoco. Ele se separa do curso principal desse rio para juntar-se ao colombiano Guainia e formar o Negro, próximo da fronteira dos dois países com o Brasil. E corre sempre no mesmo sentido.

A constatação é de membros da Expedição Humboldt Amazônia 2000, organizada pela Universidade de Brasília (UnB), após analisarem a geologia e o relevo da região e constatarem a direção do fluxo da água. O grupo é composto por 39 cientistas, que percorrerão até novembro cerca de 7.000 quilômetros de rios amazônicos.

‘É um caso único no mundo’, diz o hidrólogo francês Alain Laroque, autor das medições realizadas no início de setembro. Com equipamentos de ponta, as aferições são as primeiras feitas no Cassiquiare em cem anos. São medidas de temperatura, condutividade elétrica, turbidez, pH, batimetria, velocidade da correnteza e localização por GPS (Sistema de Posicionamento Global).

Ao deixar o Orinoco, ele atinge velocidade e profundidade maiores que as do rio principal. Ali, sua largura é de 50 m e sua água é marrom. Depois de percorrer 320 km e receber inúmeros afluentes de água escura, o Cassiquiare vai mudando de cor, e atinge uma largura de 500 m ao encontrar-se com o Guainia, também preto.

Ambos são rios de planície, que retiram pouco sedimento de

seus leitos. A cor escura de sua água deve-se à decomposição de matéria orgânica da floresta. São verdadeiros xaropes de plantas, com elevada acidez. Daí a escassa presença de peixes nessas águas.

Daí, também, a diferença em relação aos rios de montanha, como o próprio Orinoco e, depois, o Solimões. Este vem dos Andes peruanos e forma o Amazonas, ao encontrar-se com o Negro, gerando o famoso ‘encontro das águas’, na altura da cidade de Manaus (AM).

A região cortada pelo Cassiquiare é de planície, um enorme vale entre os Andes e o maciço da Guiana, onde estão as serras do Imeri, Parima, Pacaraima e Tumucumaque. É um parque nacional venezuelano, de selva amazônica, habitado principalmente por índios das etnias Iecucana e Ianomâmi. A floresta, praticamente intocada, ocupa as margens do canal em toda a extensão.

Como a maioria dos rios da região, o Cassiquiare é navegável na maior parte do ano por embarcações grandes. No período de menos chuvas na região (dezembro a março), sua profundidade diminui, dificultando a navegação. De qualquer modo, ele quase não é usado como meio de transporte entre Brasil e Venezuela.

HUMBOLDT BARRADO

O viajante alemão Alexander von Humboldt percorreu a região e transpôs o Cassiquiare em 1800, chegando até a fronteira com o Brasil, já no rio Negro. Ali, foi detido pelas autoridades portuguesas e impedido de entrar no território brasileiro.

A expedição da UnB, 200 anos depois, presta homenagem ao cientista, percorrendo o trajeto que ele fez e o que pretendia fazer. Seus dois coordenadores,

o historiador Victor Leonardi e o biólogo Cezar Martins de Sá, ambos da universidade, afirmam que não esperavam resultados tão positivos no que se refere ao verdadeiro papel do canal do Cassiquiare na região.

Na parte venezuelana, a expedição contou com a participação da Universidade Simón Bolívar, uma das principais instituições universitárias da Venezuela. Um grupo de seus pesquisadores acompanhou as medições.

Até 1950, o rio Orinoco era navegado apenas até poucos quilômetros acima do Cassiquiare, onde está a vila de La Esmeralda. É uma mistura de aldeia Iecwana com missão religiosa católica e base militar. Acima dali, o rio tem muitas corredeiras, o que fazia supor que suas nascentes estivessem bem próximas.

A RIGOROSA LEGISLAÇÃO VENEZUELANA SOBRE A ENTRADA DE CIENTISTAS ESTRANGEIROS LIMITOU PESQUISAS NAQUELE PAÍS

Foi só em 1951 que uma missão venezuelana localizou a nascente do Orinoco, 350 km acima de La Esmeralda, próximo à fronteira com o Brasil. Ela está a cerca de 200 km a leste do pico da Neblina.

Nos dois lados da fronteira, há cerca de 15 anos, ocorreu um surto de garimpo, hoje bastante reduzido. A última povoação não-indígena na entrada do Cassiquiare é uma missão da entidade norte-americana New Tribes. Há muitas aldeias indígenas, inclusive ianomâmis, em toda a extensão do parque. Só depois do seu encontro com o Guainia, formando o rio Negro, é que surgem povoações maiores.

As primeiras são as cidades de San Carlos de Rio Negro, do lado venezuelano, e de San Felipe, no colombiano. Menos de cem quilômetros rio abaixo, está



o povoado de Cucuí, a primeira localidade brasileira, pertencente ao município de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Há uma estrada de terra, com 240 km de extensão, ligando Cucuí à sede do município. Mas o rio continua sendo a principal via de transporte por ali.

DE HELICÓPTERO

O único trabalho de pesquisa feito pela expedição Humboldt na Venezuela foi este do Cassiquiare. De resto, a missão foi considerada de intercâmbio científico-cultural, devido ao rigor das leis daquele país quanto a pesquisas por estrangeiros. Em algumas áreas de fronteira, a

expedição viajou em helicóptero da Força Aérea venezuelana, por causa dos conflitos armados na vizinha Colômbia.

A situação colombiana, aliás, reflete-se em toda a região. O Brasil retomou o Projeto Calha Norte, há anos paralisado, e está ampliando a presença militar em toda a fronteira. Há, nessas ações, sintonia com o Plano Colômbia, iniciado pelo governo dos EUA sob o pretexto de combate ao narcotráfico.

Já em solo brasileiro, a expedição deu início a um grande número de trabalhos científicos, técnicos ou de simples interação com as comunidades ribeirinhas.

A região do alto rio Negro, conhecida como Cabeça do Ca-

chorro, hoje é formada, em sua maior parte, por terras indígenas ou unidades de conservação. Ali mais de 30 mil índios estão organizados em 42 associações, e essas formam a forte Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

Em São Gabriel, a Expedição Humboldt concluiu sua primeira etapa no regresso ao Brasil. Seu primeiro trecho começou em Manaus, por terra, em 1º de setembro, entrando na Venezuela por Roraima. Ainda há três etapas até Belém do Pará, onde chegará no dia 4 de novembro. Só então haverá um relatório final de todas as atividades, que será divulgado em livro e vídeo.”

TRAÇANDO O CONFLITO

A fronteira Oeste da Venezuela é toda com a Colômbia. Sua maior parte é plana e baixa, quase ao nível do mar, e também bastante úmida. Uma pequena parcela toma, porém, uma região serrana, que percorre o trecho final da Cordilheira dos Andes, no sentido Sul-Norte, tomando em seguida o sentido na América Central.



Atualmente, os EUA veem a Venezuela como um vizinho incômodo. É difícil ao presidente Donald Trump ver a maior reserva de petróleo do mundo estacionada ali ao lado, no portal do Caribe, sob o controle de um governo de esquerda. Por isso, ele tem feito tudo o que pode pra criar uma situação de conflito, de guerra até, envolvendo o Brasil.

Esse processo levou ao rompimento de relações entre os dois países e, num momento tenso, forçou o fechamento de fronteiras por parte do governo venezuelano, pois esta foi a alternativa que sobrou aos vizinhos governados por Maduro.

O Brasil não tem, contudo, motivo algum pra brigar com a Venezuela e, caso venha a entrar em confronto, será por razões que não têm natureza diplomática. Os motivos seriam bem outros.

O Brasil só teria a perder com essa contenda. A começar pela energia elétrica que vem da hidrelétrica venezuelana de Guri e abastece o estado de Roraima, com previsão de chegar também a Manaus e boa parte do Amazonas, que será cortada. E o acesso por terra ao Caribe será

bloqueado.

Ademais, devemos levar em conta que o principal rio venezuelano, o Orinoco, é um dos formadores do Negro e, portanto, do Amazonas. O Cassiquiare, defluente do Orinoco, encontra-se com o colombiano Guainia na área conhecida como Cabeça de Cachorro, na tríplice fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela.

Ali é plena Planície Amazônica, que tem mais de 1.000 km de extensão no sentido oeste-leste, até chegar ao Sistema Parima de Serras, parte montanhosa da fronteira, onde estão o Pico da Neblina e o Monte Caburái, o ponto mais setentrional do território brasileiro.

A fronteira é bem mais extensa, toda ela terrestre e habitada por boa quantidade de grupos indígenas – entre os quais os Yanomami – e outras populações tradicionais. Esse contingente, por certo, tomará partido da Venezuela.

Isso quer dizer que a passagem da rodovia asfaltada pela cidade de Pacaraima (RR), por onde têm entrado os refugiados venezuelanos, é apenas um detalhe da região fronteiriça.



Tirando o Equador, os demais sete territórios nacionais da Amazônia são limítrofes ao Brasil e, em maior ou menor escala, serão afetados por um eventual conflito. Especialmente a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa.

A hoje esfarrapada diplomacia brasileira vai acabar se metendo na histórica disputa territorial da Venezuela com a Guiana e pode acabar sobrando também pra Guiana Francesa, que é um condado (estado) além-mar da França. Ou seja, o governo francês irá tomar satisfações.

É certo que uma guerra na região envolveria também a marinha e a aeronáutica de ambos os países, até porque Caracas, a capital bolivariana, está bem longe, lá do outro lado, à beira-mar. E quase um terço da população do país, de 32 milhões de pessoas, está na sua região metropolitana.

Há, por trás de tudo, os interesses geopolíticos dos EUA e das indústrias bélicas que financiaram as campanhas do presidente Donald Trump naquele país e de seu seguidor, aqui. São por demais conhecidas, por exemplo, as relações do então candidato brasileiro com a Taurus, principal fabricante de armas em solo brasileiro.

Prevalece, porém, a pretensão ianque de controlar fisicamente o Caribe e toda a parte norte da América do Sul. Fazem parte dessa estratégia o cerco a Cuba e o domínio sobre o Canal do Panamá, importante ligação dos oceanos Pacífico e Atlântico.

HISTÓRICO DE LUTAS

O trecho do Cassiquiare é emblemático também pelo fato de ser uma área de muito pouco movimento na Planície Amazônica, tanto na navegação pelo rio Orinoco quanto na circula-

ção pelos caminhos em terra, na região. Por trás dessa tranquilidade, há muita história de outro matiz.

Nos 320 km de extensão desse defluente do Orinoco há poucas cidades e vilas, tanto do lado venezuelano como no lado colombiano. Neste, porém, a região toda foi alvo dos conflitos entre sucessivos governos do país e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, ou FARC, travados por mais de 50 anos.

A cidade de San Felipe, mais ou menos no meio do caminho, foi visitada pelos membros da Expedição Humboldt, durante um dia inteiro. Em verdade, o grupo atravessou o Orinoco por curiosidade e pra usufruir da legislação colombiana sobre caça e pesca, bem mais branda que a de seu vizinho.

Almoçou carne de animais silvestres com as misturas comuns em toda a região, que inclui bebidas alcoólicas, em especial a cerveja colombiana. Muitas conversas e diversão até o final da tarde, quando voltou ao lado venezuelano do rio, onde estava ancorado o barco que seguia com a Expedição. Só aí fomos saber que a cidade estava sob controle das FARC, fato absolutamente normal à população e viajantes hospedados por ali.

É bem verdade que já estavam em andamento as negociações que visavam chegar ao histórico acordo entre o governo do então presidente Juan Manuel Santos e as FARC, selando o fim da luta armada. O acordo teve suas negociações mediadas por Cuba, que mantinha boas relações com os dois lados em conflito.

Pelo texto do documento, as FARC se comprometem a largar armas num processo gradativo, que repõe os membros do grupo armado à vida normal do país. No dia em que o acordo foi fechado, o fato foi exaltado pelo mundo inteiro como um fato histórico.



E pode-se dizer também que o acordo é vitória de uma luta de 50 anos e de toda uma nação. Na primeira fase, o acordo define a questão agrária, item básico de um ajuste mais amplo, e foi aplaudido pelo mundo inteiro, da ONU à Casa Branca.

Em sua homilia do domingo, da janela do Vaticano, o Papa Francisco abençoou o acordo e disse orar para que este seja um primeiro passo "para a paz permanente". Antes dele, a Conferência Episcopal da Colômbia (equivalente à CNBB no Brasil) havia emitido comunicado entusiasmado, manifestando a fé dos bispos daquele país em que, agora, "esteja aberto o caminho para a paz".

No dia em que o acordo foi selado, o então secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, fez questão de ele próprio anunciar o fato ao

planeta. "É uma conquista significativa e um passo importante para o mundo todo", disse ele.

Em Washington, o governo dos Estados Unidos também engoliu em seco e soltou um comunicado elogioso. O porta-voz adjunto do Departamento de Estado, Patrick Ventrell disse que a Casa Branca "há muito tempo apoia com força o presidente Manuel Santos e o governo da Colômbia em sua busca por uma paz duradoura e da segurança às quais o povo colombiano tem direito".

Coloca, pois, o acordo como um feito do governo colombiano, como se fosse uma espécie de capitulação das FARC. Em verdade, porém, o que foi aprovado é o centro do programa das forças revolucionárias, apresentado ainda na década de 1960, quando adotou a luta armada como forma de tentar mudar a Colômbia. Uma proposta das

FARC, portanto. Mas isso não é o mais importante.

É certo que sucessivos governos da Colômbia não queriam coversa. Preferiam tentar mas-sacrar as FARC pelas armas. Foram formados, inclusive, truculentos grupos paramilitares, com mais de cinco mil homens, que década após década combateram os revolucionários sem as regras internacionais que impõem limites a esses conflitos, condenando morte de civis, tortura, etc., que esses grupos não respeitam.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

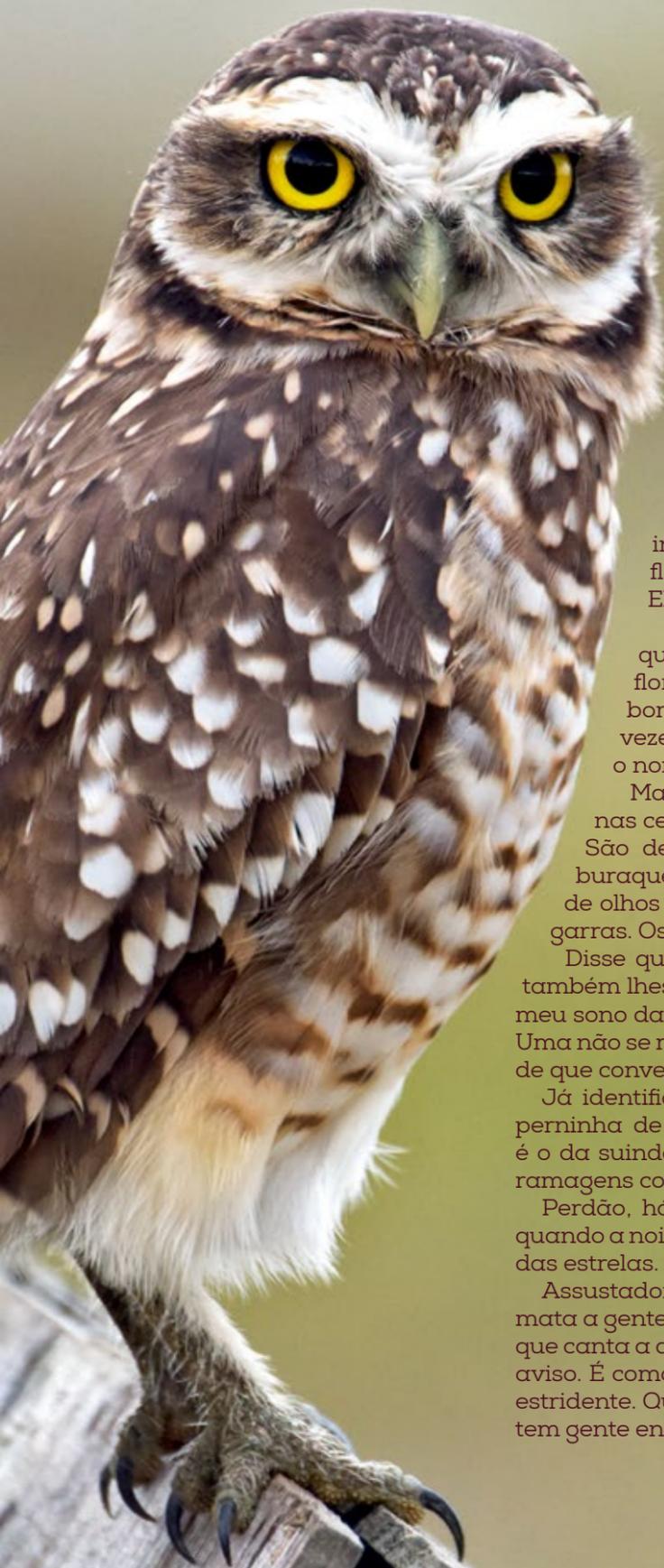


LOJA XAPURI
100%
SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.



OS PÁSSAROS NOTURNOS DA FLORESTA

Thiago de Mello

Podem até ser um tanto tristonhas. Mas me fazem um inefável bem à alma os cantos dos pássaros noturnos da floresta. Dormem de dia, trabalham e cantam de noite. Eles enxergam no escuro.

O mauari, espécie de garça cinzenta que só aparece quando a noite chega, enxerga o peixe comendo o capim na flor da água. O bacurau, pássaro pequeno, avermelhado e bom de garras, canta o próprio nome: só que repete várias vezes as duas primeiras sílabas até largar, compridamente, o nome completo.

Mas gosto muito mesmo é do canto das corujas que moram nas centenárias mangueiras e no pé de cupu do nosso quintal. São de várias espécies e tamanhos. Tem a coruja-preta, a buraqueira, o pequenino caburé, o próprio mocho, o corujão de olhos vermelhos, e a alvacenta suindara. Todas de poderosas garras. Os ratos e lagartos passam mal com elas.

Disse que o canto delas me faz bem à alma. Pois o meu corpo também lhes fica agradecido. Porque o canto das corujas acalenta o meu sono da madrugada. Cada qual canta na sua hora e na sua vez. Uma não se mete no canto da outra. Mas, às vezes, tenho a impressão de que conversam.

Já identifiquei o pio miudinho dos filhotes pedindo comida: uma perninha de calango, uma asa de mariposa. O canto mais agudo é o da suindara, que tem casa no cupuaçuzeiro e que estremece as ramagens com as suas asas grandonas.

Perdão, há um instante em que os cantos delas se confundem: é quando a noite vai se acabando. Elas cantam, aflitas, para se despedir das estrelas.

Assustador, pior ainda, agourento, é o canto da coruja que aqui na mata a gente chama de rasga-mortalha. É a única que canta voando, que canta a qualquer hora da noite ou do dia. Porque o seu canto é um aviso. É como o ruído de um pano que rasga de alto a baixo: áspero, estridente. Quando ela passa cantando sobre o telhado da casa onde tem gente enferma, é aviso de que a morte está a caminho.

Thiago de Mello

Poeta maior do Brasil e da Amazônia, em "Amazonas: águas, pássaros, seres e milagres". Editora Salamandra, 1998.

LOJA XAPURI 100% SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.



SER ÍNDIO

Aturi Kayabi



Ser índio é viver diferente, enfeitado,
andando pelado, cantando,
vivendo na floresta, comendo comidas naturais.
Ser índio é saber caçar de flecha e de borduna.
Ser índio é viver na aldeia.
Ser índio é ser lutador.
Ser índio é saber cantar músicas indígenas.
Ser índio tem que viver com cabelo comprido
ou cabelo curto.
Ser índio não paga nada.
Ser índio tem que fazer moitará.
Ser índio é saber pescar de canoa.
Ser índio é saber usar erva do mato.
Ser índio tem que respeitar o espírito do pajé.
Ser índio é respeitar as histórias
que os velhos contam.
Ser índio tem que ter sua semente própria
para plantar.
Ser índio tem que namorar muito,
para crescer mais,
porque somos poucos.

Aturi Kayabi
Pesquisador e Professor indígena, in
"Geografia Indígena". Parque Indígena
do Xingu. MEC/SEF/DPEF - Instituto
Socioambiental
Brasília, 1988.

NOVIDADE PARA OLHOS CANSADOS

Clarice Lispector

Mesmo que você use óculos,
esse novo exercício de
descanso fará muito bem
à sua vista. E dará novo
brilho a seus olhos.
Feche-os por alguns
instantes. Cubra-os com
as palmas das mãos,
com delicadeza, sem
fazer nenhuma pressão
sobre eles. Respire fundo
várias vezes. Descanse o
cérebro procurando não ter
pensamento. Pense numa
só coisa, na cor negra.
Experimentou? Como se
sente agora? Olhe-se ao
espelho: até o rosto parece
mais repousado.
E a cabeça também.



Clarice Lispector
Escritora, em
"Só para Mulheres".
Editora Rocco, 2006.



RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO: MODOS DE VIDA E CULTURA INDÍGENA SÃO ESSENCIAIS PARA O CERRADO



Foto: Rogério Assis

Muito provavelmente você já tenha nascido e ido para a escola com a existência do Dia do Índio, quando, no 19 de abril, as aulas eram especiais e dedicadas a esse tema. Mesmo parecendo um pouco, ou muito, distante da vida urbana, aprendemos que eles já estavam no Brasil quando os portugueses aqui chegaram e, catequizados, os povos indígenas foram sistematicamente forçados a se inserirem nos modos de vida das cidades, desde 1500.

Não é novidade que muitos povos foram dizimados, seja por ataques, conflitos ou doenças trazidas pelos brancos. Na década de 1970 chegou-se a acreditar que o desaparecimento dos povos indígenas seria algo inevitável no Brasil, mesmo estimativas indicando que, na época do Descobrimento, cerca de 8 milhões de índios já viviam no país. Mas elas e eles resistiram. No Brasil, segundo o IBGE (Censo 2010), a população indígena por situação

do domicílio é de 896.917 pessoas, 10% da época do descobrimento. Uma surpresa foi o Censo de 2000 que revelou um crescimento da população indígena muito acima da expectativa, passando de 294 mil para 734 mil pessoas. De acordo com o estudo *The Indigenous World 2015*, estima-se que, hoje, no mundo existam pelo menos 5 mil povos, somando mais de 370 milhões de indígenas.

Eles resistiram e continuam resistindo. E mais do que lutar pela própria sobrevivência e pelos seus territórios, os povos indígenas nos ensinam que é possível viver em harmonia com o meio ambiente e contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado para o planeta. Recuperação de áreas degradadas e conservação da biodiversidade são marcas fortes nos modos de vida desses que também habitam o Cerrado Brasileiro.

Um bom exemplo disso é um projeto desenvolvido no Mato Grosso que recuperou áreas destruídas pelo agronegócio com o plantio de

pequizeiros. Além da recuperação, a Terra Indígena Wawi, do povo Kĩsêdjê, em 2018, bateu recorde de produção de óleo de pequi do Xingu. Foram mais de 300 litros produzidos, envolvendo cinco aldeias. A produção foi resultado de um trabalho que começou em 2006 com a plantação de 263 pés de pequis e que, atualmente, somam três mil pés plantados em 63 hectares de uma área próxima à aldeia Ngô-jhwêrê, onde, antes da demarcação da Terra Indígena, havia fazendas. O Óleo de Pequi do Povo Kĩsêdjê do Xingu, *Hwin Mbê*, nome completo do produto, é reconhecido nacionalmente com o Selo Origens Brasil, destinado a produtos de áreas protegidas balizados por relações comerciais éticas, justas e transparentes. A extração do óleo de pequi começou em 2011 em uma miniusina instalada na aldeia Ngô-jhwêrê, trabalho coordenado pela AIK com apoio técnico do Instituto Socioambiental (ISA), organização associada à Rede Cerrado, e financeiro do Instituto Bacuri e do Grupo Rezek.



Outro projeto desenvolvido em terras mato-grossenses é o *Tsi-râpré dzawidzé*: proteção do Cerrado, aprovado em 2017 pelo Banco Mundial, com o apoio do DGM/Brasil, que teve início no ano passado na Terra Indígena São Marcos. O objetivo principal é realizar um diagnóstico antropológico e ambiental dessa região que possui várias nascentes de água e está muito próxima ao Rio das Mortes, um dos afluentes do Rio Araguaia que, em vários pontos, já conta com a instalação de pequenas usinas hidrelétricas. Samantha Ro'otsitsina de C. Juruna, mais conhecida como Tsitsina, do povo Xavante e articuladora política da Namunkurá Associação Xavante (NAX), explicou que realizar um estudo como este é fundamental para que se conheça as potencialidades e as vulnerabilidades que a região apresenta. "O que motivou este projeto foi perceber o

quanto o Cerrado é desvalorizado quando comparado, por exemplo, com a Amazônia. Mas ele é o único Bioma que faz a ligação entre outros quatro: Caatinga, Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal. Então, o Cerrado é extremamente importante e necessário, principalmente para a questão da água potável. A maior parte do aquífero Guarani está no Cerrado. Então, esse projeto quer trazer essas preocupações e a necessidade de reconhecimento do Bioma onde a gente vive, conhecer a importância, reconhecer o potencial e dar maior visibilidade, além de trazer reflexões de como realizar um manejo sustentável do território", destacou Tsitsina.

Assim como a trajetória de luta pela manutenção dos modos de vida e permanência nos territórios dos povos indígenas não foi e não é por acaso, o dia 19 de abril também tem um motivo para existir. Foi em 1940, entre os dias 14 e 24 de abril que ocorreu, no México, o Congresso Indigenista Interamericano, que tinha como proposta

debater medidas para proteger os índios em seus territórios. Em um primeiro momento, os indígenas recusaram participar do evento acreditando que não teriam voz nas reuniões comandadas por líderes políticos dos 55 países participantes. Mas, no dia 19 de abril, os indígenas apareceram no Congresso para tomar parte das discussões e, entre as definições, estava o estabelecimento do "Dia do Aborígene Americano em 19 de abril". Nem todos os países adotaram a data. No Brasil, o Dia do Índio foi instituído em 1943 por meio do Decreto de Lei nº 5.540, do então presidente Getúlio Vargas.

A Rede Cerrado conta com o apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF, na sigla em inglês para *Critical Ecosystem Partnership Fund*) e do DGM/FIP (*Dedicated Grant Mechanism for Indigenous People and Local Communities - Fundo de Investimento Florestal*), do Banco Mundial. Para saber mais acesse www.redecerrado.org.br.



Foto: Luciano Eichholz

DITADURA NUNCA MAIS!

Ieda Leal

Em 31 de março de 1964 - com o apoio de parte considerável da elite social brasileira - foi deflagrado o golpe de Estado que levou as Forças Armadas a interromperem o funcionamento das instituições democráticas, instaurando a Ditadura Militar.

A partir daquela manhã, o Brasil mergulharia numa longa noite, que durou 21 anos, de tensão por ações de repressão ao exercício das liberdades e lutas de resistência. Muitos e muitas de nós foram vítimas da violência do regime.

A verdade não vai ser apagada. A ditadura militar promoveu torturas, prisões ilegais, redução de direitos, cassações de políticos, funcionários públicos e dirigentes sindicais, perseguição de estudantes, e assassinou milhares de pessoas no campo e na cidade, entre eles jovens líderes negros e negras.

A truculência dos cinco generais que se sucederam no comando da ditadura militar contou com o apoio da elite e dos empresários do ramo de telecomunicações.

Em 1978, sob as ameaças do Estado de exceção, traduzidas em prisões arbitrárias, práticas de tortura pelos agentes da repres-

são e assassinatos, e sob forte violência racial, fundávamos o Movimento Negro Unificado, na cidade de São Paulo, com o propósito de lutar contra o racismo e contra toda forma de opressão. Travamos a luta contra a ideologia sustentada por militares da existência da democracia racial no Brasil.

Em Marcha contra o racismo e pela democracia, O MNU foi duramente perseguido pelo regime militar. Resistiu!

Nestes 40 anos do MNU, nós reafirmamos o nosso compromisso com um Brasil livre, soberano, democrático e sem racismo, no qual a pretitude seja verdadeiramente respeitada, onde nossos jovens vivam com a certeza de uma vida que não seja marcada pela morte, mas pela esperança. Lutamos pela construção de uma sociedade democrática, antirracista, anticapitalista e antissexista.

Lutamos por um País livre do neofascismo que infelicitou os nossos dias. Exigimos uma nação norteada por princípios democráticos, afrocentrados, em que o valor da vida se encontra no respeito à diversidade, às diferenças e nas conquistas coletivas.

DITADURA NUNCA MAIS

Em 31 de março de 1964 - com o apoio de parte considerável da elite social brasileira - foi deflagrado o golpe de Estado que levou as Forças Armadas a interromperem o funcionamento das instituições democráticas, instaurando a Ditadura Militar.

A partir daquela manhã o Brasil mergulharia em uma longa noite, que durou 21 anos, de tensão por ações de repressão



ao exercício das liberdades e lutas de resistência. Muitos e muitas de nós foram vítimas da violência do regime. A verdade não vai ser apagada. A ditadura militar promoveu torturas, prisões ilegais, redução de direitos, cassações de políticos, funcionários públicos e dirigentes sindicais, perseguição de estudantes, e assassinou milhares de pessoas no campo e na cidade, entre eles jovens líderes negros e negras.

Arbitrárias, práticas de tortura pelos agentes da repressão e assassinatos, e sob forte violência racial, fundávamos o Movimento Negro Unificado, na cidade de São Paulo, com o propósito de lutar contra o racismo e toda a forma de opressão. Travamos a luta contra a ideologia sustentada por militares da existência da democracia racial no Brasil. Em Marcha contra o racismo e pela democracia, o MNU foi duramente perseguido pelo regime militar. Resistiu!

Nestes 40 anos de MNU, nós reafirmamos o nosso compromisso com um Brasil livre, soberano, democrático e sem racismo, no qual a pretitude seja verdadeiramente respeitada, onde os nossos jovens vivam com a certeza de uma vida que não seja marcada pela morte, mas pela esperança. Lutamos pela construção de uma sociedade democrática antirracista, anticapitalista e antissexista.

Lutamos por um País livre do neofascismo que infelicitou os nossos dias. Exigimos uma nação norteada por princípios democráticos, afrocentrados, cujo valor da vida se encontra no respeito à diversidade, às diferenças e nas conquistas coletivas.

31 de março de 2019. Movimento Negro Unificado



CONTRA O RACISMO. PELA DEMOCRACIA!

Em 31 de março de 1964 - com o apoio de parte considerável da elite social brasileira - foi deflagrado o golpe de Estado que levou as Forças Armadas a interromperem o funcionamento das instituições democráticas, instaurando a Ditadura Militar.

A partir daquela manhã o Brasil mergulharia em uma longa noite, que durou 21 anos, de tensão por ações de repressão ao exercício das liberdades e lutas de resistência. Muitos e muitas de nós foram vítimas da violência do regime. A verdade não vai ser apagada. A ditadura militar promoveu torturas, prisões ilegais, redução de direitos, cassações de políticos, funcionários públicos e dirigentes sindicais, perseguição de estudantes, e assassinou milhares de pessoas no campo e na cidade, entre eles jovens líderes negros e negras.

DITADURA NUNCA MAIS

VIDAS NEGRAS IMPORTAM!

Nestes 40 anos de MNU, nós reafirmamos o nosso compromisso com um Brasil livre, soberano, democrático e sem racismo, no qual a pretitude seja verdadeiramente respeitada, onde os nossos jovens vivam com a certeza de uma vida que não seja marcada pela morte, mas pela esperança. Lutamos pela construção de uma sociedade democrática antirracista, anticapitalista e antissexista.



DITADURA NUNCA MAIS



Ieda Leal
Tesoureira do SINTEGO; Secretária de Combate ao Racismo da CNTE; Conselheira do Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado - MNU; Vice Presidenta da CUT-GO.

DEMOCRACIA

Lutamos por um País livre do neofascismo que infelicitou os nossos dias. Exigimos uma nação norteada por princípios democráticos, afrocentrados, cujo valor da vida se encontra no respeito à diversidade, às diferenças e nas conquistas coletivas.

DITADURA NUNCA MAIS



No dia 12/02/69, um dia após a morte de meu irmão, uma funcionária da Gráfica Urupês ligou para a namorada de Hamilton, dizendo que ele tinha sido assassinado dentro da Gráfica pelos policiais do DOPS. Foi uma cilada. Os agentes do DOPS ligaram para a gráfica e perguntaram sobre Hamilton Fernando Cunha. Confirmada a informação, os agentes do DOPS foram até lá e deram voz de prisão à Hamilton. Ele, assustado, levantou as mãos e perguntou o que estava acontecendo. Os policiais responderam com uma rajada de metralhadora. Hamilton caiu morto neste mesmo instante.

São Paulo, 23 de janeiro de 1990. *Nelson Batista*
TEXTO RETIRADO (Dossiê CEMDP Hamilton Fernando Cunha)

DITADURA NUNCA MAIS MNU



HAMILTON FERNANDO DA CUNHA(1941-1969)



Em 1978, sob as ameaças do Estado de exceção, traduzidas em prisões arbitrárias, práticas de tortura pelos agentes da repressão e assassinatos, e sob forte violência racial, fundávamos o Movimento Negro Unificado, na cidade de São Paulo, com o propósito de lutar contra o racismo e toda a forma de opressão. Em Marcha contra o racismo e pela democracia, o MNU foi duramente perseguido pelo regime militar. Resistiu!

DITADURA NUNCA MAIS



E AGORA, BRASIL?

Emir Sader

Que encruzilhada vive o Brasil hoje? Que horizontes se apresentam para o país? O que são árvores e o que é floresta no Brasil de hoje? Dá pra enxergar para mais além do amanhã?

Sabemos que sempre há horizontes de superação de cada situação. Quando veio o golpe de 1964, alguns começaram a ver em algumas diferenças no interior do novo regime, sintomas de que ele não duraria muito.

Maria Conceição Tavares lançou mão da sua experiência para advertir que ela tinha ouvido previsões precipitadas como aquelas quando o salazarismo se instalou em Portugal e sobreviveu por várias décadas.

A ditadura, ao militarizar o Estado brasileiro, ao destruir todos os espaços democráticos existentes, vinha para ficar, pretendia dar a volta numa página da história, que nunca mais retornaria.

FHC pretendeu ter virado a página do getulismo no Brasil, ao promover o Estado mínimo e a centralidade do mercado, pretendendo ter reduzido para sempre as dimensões do Estado e da esfera pública. Quando ele promulgou o Plano Real, houve quem dissesse que o Plano não duraria muito, que assim que os trabalhadores se dessem conta que seus salários também, junto com os preços, estavam congelados, o Plano se esgotaria.

Em um e em outro momento, os períodos de auge da direita no Brasil, parecia que não havia mais horizontes para a esquerda. Foram momentos de derrotas muito duras para a esquerda, não apenas para suas organizações, para seus líderes, mas para suas próprias ideias.

A economia voltava a crescer na ditadura, a luta armada era derrotada, no Brasil e no continente. O modelo brasileiro ganhava adesões das classes dominantes de outros países, os regimes militares se expandiam e se instalava um círculo do terror no cone sul latino-americano.

A onda neoliberal foi devastadora também no Brasil. A falência do Estado decretada pelo novo modelo que assumia o capitalismo, parecia irreversível. E com ele, a força dos partidos, dos sindicatos, da própria política, como havíamos conhecido até ali.

Parecia que a maior novidade da esquerda brasileira, o PT, se esgotaria e seria superado pelos novos tempos, antes mesmo de ter oportunidade de governar o país e colocar em prática suas ideias, triunfando ou fracassando.

Mas a nova toupeira – imagem que eu resgatei no meu livro anterior – continuava a fazer seu trabalho, o de aprofundar as contradições, mesmo que de maneira subterrânea, até que elas reapareçam bruscamente à superfície, com todo seu vigor.

O período político atual, tão ou até mais turbulento que os que o precederam, pode parecer como caracterizado por um sistema blindado, em que as elites dominantes tratam de bloquear os espaços possíveis de acumulação de força por parte dos movimentos populares, para tratar de impedir que retornem como alternativa popular com capacidade hegemônica.

Acreditam que, se não puderam congelar a história, se não puderam impor um pensamento único, poderiam agora se constituir como as únicas forças com capacidade para dirigir o Estado brasileiro.

Contam com o grande empresariado, com o monopólio privado dos meios de comunicação, com grande parte do Judiciário, com forças policiais e com um governo recém-eleito, mesmo se de forma fraudulenta.

Acreditam que com isso poderiam excluir o povo da história, impedir que as lideranças populares mantenham o apoio da grande maioria da população, que são capazes de camuflar a realidade e impor pautas imaginárias na cabeça da grande massa da população.

Acreditam que podem esconder que governam para os ricos, que condenaram o Lula sem provas, que são capazes de fazer com que a economia, dentro do marco do neoliberalismo, possa voltar a crescer.

Em suma, acreditam nas suas próprias mentiras, que muito rapidamente começam a ser desmascaradas. Diante dos impasses que mais cedo que tarde atam a esse governo e diante da situação difícil da esquerda, temos que nos perguntar: E agora, Brasil? Que futuro podemos construir? Por onde podemos voltar a avançar? Como resgatar a liberdade do Lula, para que possa voltar a conduzir, plenamente, as lutas do povo brasileiro?

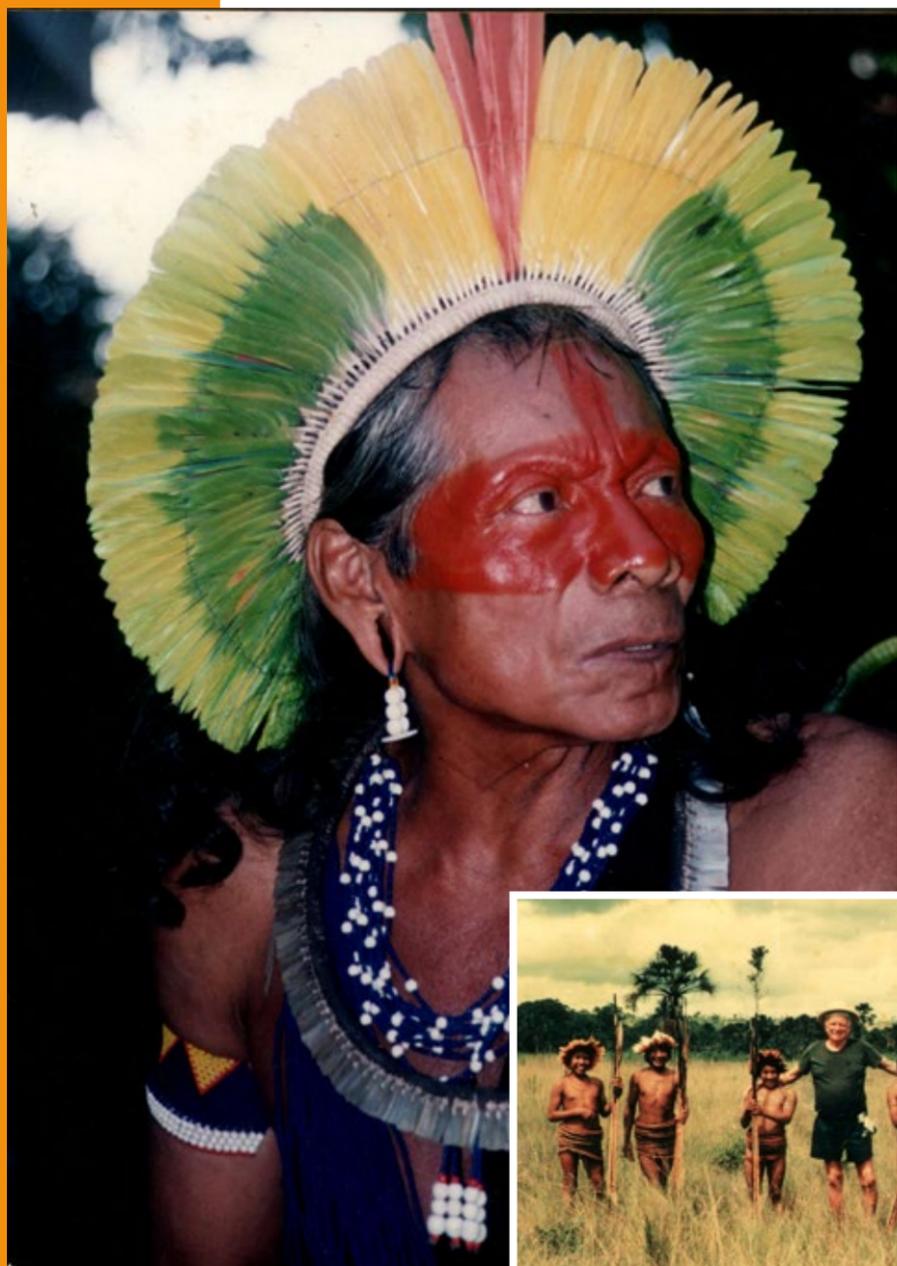


Emir Sader
Sociólogo
Autor do livro "O Brasil que queremos."



O CENTENÁRIO DE JESCO VON PUTTKAMER

Altair Sales Barbosa



Fotos: Acervo Altair

Nascido no Brasil em 1919, na cidade de Niterói, filho de descendência nobre alemã, ligado genealogicamente a Frederico II, Jesco deixou para a humanidade um patrimônio de valor inestimável.

Seu pai, um nobre barão alemão, serviu na Namíbia, África, à época colônia alemã. Num desses deslocamentos do navio que transportava a tropa, recebeu um comunicado para atracar num porto seguro, durante a primeira guerra Mundial, para fugirem dos navios ingleses. Esse porto era o Rio de Janeiro.

Por ali mesmo ele ficou, casou-se com uma dinamarquesa e tiveram três filhos, Jesco, o mais velho, Olavo e Helga, todos até então residentes no Rio. Tempos depois, Jesco e Olavo foram estudar na Alemanha, Olavo fazia agronomia e Jesco fazia o doutorado em química, na Universidade de Munique, quando estourou a segunda Guerra Mundial.

Tendo em vista que tinham também a cidadania alemã, ambos foram procurados pelas forças alemãs, para se alistarem no exército alemão. Mas se negaram, por serem também cidadãos brasileiros. Este fato os levou à prisão num campo de concentração. O irmão foi fuzilado e Jesco conseguiu sair e voltar ao Brasil, graças à intervenção do Consulado Sueco.

Nesse período, o pai já havia se mudado para Goiás, adquirindo uma grande área de terras, que ia das cabeceiras do córrego Vaca Brava até o onde hoje se situam os setores Coimbra e Bueno, em Goiânia.

Com o fim da Segunda Guerra, Jesco foi nomeado embaixador do Brasil no Leste Europeu, ficando por lá até a instalação do Tribunal de Nuremberg.

De volta ao Brasil, veio direto para Goiânia, sendo convidado pelo então governador Jerônimo Coimbra Bueno, para junto com Bernardo Sayão implantarem um Projeto de Colônias Agrícolas em Goiás, aproveitando a migração de técnicos e trabalhadores oriundos do leste europeu. Nessa perspectiva foram implantadas as Colônias de Ceres, Rialma, Montividiu e Uvã, dentre outras.

Também, tanto Jesco como Sayão foram designados pelo governo de Goiás para integrarem a equipe de Juscelino Kubistchek na construção de Brasília.

Passada a inauguração da nova capital, Jesco integrou-se à Fundação Brasil Central, iniciando dessa forma um trabalho singular de documentação dos Povos Indígenas do Brasil.

No início foi a Operação Bananal, com Acary de

Passos Oliveira; depois, integra a equipe dos irmãos Leonardo, Cláudio e Orlando Villas Boas, realizando magnífico trabalho na região do Xingu. Mais tarde, passa a acompanhar Francisco Meirelles e seu filho Apoena Meirelles, em trabalhos de atração de povos isolados, noutras áreas mais a oeste do território brasileiro.

Jesco von Puttkamer inaugurou de forma sistemática a Antropologia Visual no Brasil, seu trabalho desenvolvido durante décadas, de convivência direta nas aldeias e frentes de atração com índios e sertanistas, registra o cotidiano de vários grupos indígenas, alguns dos quais extintos atualmente, como cultura e como população.

Os indígenas americanos, de modo geral, como também os brasileiros, contribuíram muito para a humanidade moderna. Essa contribuição vai desde alimentos, utensílios e remédios. Entretanto, essa contribuição poderia ser muito maior se essas comunidades fossem melhor conhecidas.

Dentro dessa perspectiva, a obra do Dr. Jesco constitui um verdadeiro Patrimônio da Humanidade, um verdadeiro Patrimônio Universal, pois além de registrar parte desse saber, hoje já perdido, constitui uma chave importante para a auto compreensão da humanidade.

Conheci o Dr. Jesco em 1971, nas aldeias dos índios Nambikwara. Desde aquele ano, percebi que seu lugar era dentro de uma Universidade, instituição que reunia condições para abrigar seu grande acervo sonoro, visual e diários de campo, sobre índios do Brasil, sem sombra de dúvida, o maior acervo do mundo sobre o tema.

Foram quase oito anos tentando convencer os reitores da então Universidade Católica de Goiás dessa necessidade. Ganhei, por causa disso, um pouco de cabelos brancos, mas compensou.

Hoje a Pontifícia Universidade Católica de Goiás se orgulha de possuir este patrimônio, e eu me orgulho de ter sido escolhido pelo professor Jesco para ser o curador desse acervo, que está muito bem cuidado e aproveitado pelos professores do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia-IGPA, Instituto este que fundei em 1972.



Altair Sales Barbosa
Arqueólogo. Historiador.
Pesquisador do CNPq. Membro
titular do Instituto Histórico e
Geográfico de Goiás.



Fotos: Divulgação

MUSEU DO CANGAÇO NA TERRA DE LAMPIÃO

Eduardo Pereira

Lampião, o adorável cangaceiro, tem um Museu para preservar sua memória. O Museu do Cangaço fica no Sítio Passagem das Pedras, a 45 quilômetros da cidade de Serra Talhada, em Pernambuco, na casa onde nasceu Virgulino Ferreira da Silva, no ano de 1897.

Cuidado pela Fundação Cabras de Lampião, o Museu abriga um considerável acervo de fotos, documentos, fotos, móveis e utensílios de Lampião e seu bando de cangaceiros, tudo mui-

to bem distribuído, organizado e conservado.

Na região, pode-se ainda observar as ruínas da casa grande da fazenda Pedreira e as grandes pedras que protegeram os cangaceiros durante seus combates. Para chegar ao Museu do Cangaço, basta seguir pela Rodovia Estadual Virgulino Ferreira da Silva (antiga 390), em direção ao município de Floresta.



Eduardo Pereira
Sociólogo

@weiss_guru



LOJA XAPURI 100% SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.



Fotos: Rodrigo Couto

“É difícil ver Marcia ter que optar por morar longe seu país, pelo qual tanto lutou e luta. Sei de sua dor, sei da dor que sofrerá o país. Neste cenário dominado pelo caos, é forte a mensagem que nos transmite com sua decisão. Mas fico feliz por saber que ela busca, mais uma vez, com mais força, com mais garra, seguir, onde quer que esteja, pensando e registrando nossos tempos, nossas barbáries, e lutando por sua existência de mulher num mundo tão misógino que a expulsou de seu próprio país.”

Com essas palavras, o jornalista Guto Alves informou, no portal *O Cafezinho*, a saída de Marcia Tiburi do Brasil, por razões de ameaças de morte, em março de 2019. Passado um mês do autoexílio de uma de nossas intelectuais mais engajadas e respeitadas, o jornalista Rodrigo Couto, de Brasília, a entrevistou via internet com exclusividade para a Revista Xapuri. Veja a íntegra da entrevista.

MARCIA TIBURI:

EXPULSA DO SEU PRÓPRIO PAÍS

Rodrigo Couto

X – Como você se sente agora, fora do Brasil?

MT – Não é bom deixar o país pelos motivos que eu deixei. Ninguém se sente bem tendo que se ausentar fisicamente da própria luta. Mas não foi possível ficar. Então aqui estou, firme na resistência, mas de um outro modo, em um outro espaço, do outro lado do Oceano.

X – O que a fez partir? O que mais a assustou?

MT – Saí do Brasil por conta das inúmeras ameaças de morte que vinha recebendo e, em consequência delas, da inviabilidade de continuar minha participação como escritora em eventos públicos.

X – O que pensa fazer aí fora?

MT – Ainda estou me organizando, mas continuo escrevendo livros. Esse direito não vão tirar de mim, não mesmo.

X – Como você se sente com relação ao processo do Presidente Lula? O que acha que pode ser feito? O que você pode fazer? O que podemos fazer?

MT – Ninguém pode fazer nada sozinho. Há um arranjo judiciário que levou as coisas a esse ponto. A meu ver, hoje apenas uma pressão vinda das ruas e uma forte pressão internacional podem provocar algum efeito.

X – Recém completamos um ano sem Marielle. Como você se sente com relação a essa perda, aos resultados da investigação até agora, e o que acha que vai acontecer daqui pra frente?

MT – Marielle era uma grande companheira de luta. Precisamos manter sua memória viva. Esse é o recado que precisa ficar claro para quem acha que assassinar lideranças as torna invisíveis. #MarielleVive!

X – O Brasil passa neste momento pela tragédia do atentado à Escola de Suzano. Por que isso acontece? O que pode ser feito para prevenir novas tragédias? Armar a população é a solução?

MT – Armar a população nunca será a solução. Violência gera violência. Vamos ter que refundar o Brasil com educação, cultura e instituições amparadas na democracia. Vamos ter que começar do zero depois dessa onda fascista.

X – Governo Bolsonaro. Uma avaliação crítica dos primeiros 100 dias leva a crer que...

MT – ... o projeto de destruição do Brasil está dando certo.

X – Rio de Janeiro: Uma avaliação crítica dos primeiros 100 dias leva a crer que...

MT – ... o projeto de destruição do Rio de Janeiro está dando certo.

X – Meio Ambiente e Cidadania: Em dezembro completamos 30 anos sem Chico Mendes. Em março, um ano sem Marielle. Como podemos compreender os legados das nossas lideranças que tombam na jornada, como podemos defender esses legados?

MT – Não era para isso ter acontecido. Precisamos de uma sociedade em que haja respeito à vida. Era isso que essas pessoas defendiam. É isso que precisamos seguir defendendo também em memória da luta e do sacrifício delas.

X – O que é preciso ser feito para o Brasil ser feliz de novo?

MT – Vamos levar muitos anos para consertar os estragos. Talvez não tenhamos nova chance. Mas vamos seguir sonhando, vamos seguir lutando!



Rodrigo Couto
Jornalista

COMO SE TRATAVAM DAS DOENÇAS OS PRIMEIROS HABITANTES DE COUROS



Houve um tempo longo na história do Planalto Central brasileiro e, portanto, da região do Arraial dos Couros, em que os médicos não chegavam. O jeito, então, era tratar as doenças com o que se tinha à mão: as rezas e os remédios caseiros. Quem nos conta um pouco dessa história é o escritor formosense Alfredo A. Saad, falecido em 2011, em sua obra póstuma "Álbum de Formosa", publicado pela família em 2013:

"Como os médicos chegaram a Formosa somente ao final do século XIX, o tratamento das doenças, em Couros, era feito à maneira popular, à custa de rezas e benzeções, por curandeiros. A administração dos remédios, provenientes da farmacopeia popular, preparados com ervas das matas e do Cerrado,

era feita por conta do doente, ou de sua família (...)

Como preventivo contra as doenças, em geral, era comum que as pessoas - principalmente as mulheres - pendurassem ao pescoço trouxinhas (patuás), contendo amuletos especiais, às vezes simples pedaços de papel nos quais grafavam-se orações. Aqueles mais ricos, possuíam escapulários pendentes ao pescoço, contendo fragmentos de ossos de santos milagrosos, por exemplo.

Os homens, para não trazer aqueles saquitéis à mostra, guardavam-nos no bolso - mas não os dispensavam, nunca. Muitos habitantes de Couros que mostravam no rosto os sinais da varíola ostentavam esses bentrinhos que, supostamente, os protegeram da morte, apesar de

não terem evitado a doença (...)

Os cobreiros eram tratados por benzedeiros, que se utilizavam de orações especiais. Evidentemente, os fatos psicológicos intervenientes nas dermatites de contato contribuíam para que as benzedeiros tivessem alta porcentagem de cura (...)

Um procedimento comum, para os casos de cobreiros, era a benzedeira juntar nove talos da folha de mamona, amarrá-los em feixe e, com a faca na mão, pronunciar as palavras mágicas que seriam respondidas pelos familiares dos doentes, enquanto cortava perpendicularmente o feixe de pedúnculos. Nove vezes ela perguntava: "O que corta?" para a família responder: "cobreiro bravo". Após cada pergunta, nove vezes, a benzedeira cortava o feixe de pedúnculos.

LOJA XAPURI 100% SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.





LOJA XAPURI 100% SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.

O ALUÁ



Rachel de Queiroz

O aluá é uma bebida sertaneja, que eu imaginava de origem indígena, mas aprendi no Aurélio ser originária da África. Aliás, bastava pensar um pouco e não sair para conclusões xenófobas, pois o aluá leva especiarias que, evidentemente, os índios não conheciam.

Antes que aparecessem os refrigerantes, o aluá era bebida indispensável em todas as festas do sertão (além da cachaça, é claro). Mas no NÃO ME DEIXES, o aluá continua a ser feito, em ocasiões festivas ou não.

Enche-se com água, de preferência água de chuva, um grande pote de barro. Nessa água põe-se de um a dois quilos de milho em grão torrado (não muito torrado, apenas tostado) e algumas rapaduras em pedaços.

Quando a rapadura estiver desmanchada, põe-se então os temperos: cravo, canela, erva-doce e gengibre. De vez em quando dá-se uma mexida com colher de pau, para derreter de vez a rapadura e incorporar os temperos ao líquido.

No dia seguinte, com o milho já fragmentado, o aluá ainda está meio sem graça, mas já com o seu gosto característico. No terceiro dia de fermentação ele estará picante e ligeiramente alcoólico.

Vai-se, então, tirando do pote a quantidade a ser servida, cõa-se em pano novo e bem lavado, tudo sempre com muito cuidado, pois senão o aluá corre o perigo de "babar", isto é, engrossar, perder a consistência puramente líquida e ficar meloso como uma calda, e aí não presta mais.

Se isso não acontecer, o aluá estará perfeito, e quanto mais tempo ficar no pote (um ou dois dias), maior teor alcoólico ele vai adquirir. Não preciso dizer que nesse ponto é que o aluá é mais apreciado.

(Há também quem use pão dormido ou arroz para obter a fermentação. Quanto a mim e a todos lá de casa, sempre preferimos a aluá de milho).

Sinpro-DF: 40 anos com você

Este ano, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) completa 40 anos de história, marcada por lutas e conquistas.

Em 14 de março de 1979, o embrião do que se tornaria o Sinpro-DF, a Associação Profissional dos Professores do DF (APPDF), recebia uma carta do Ministério do Trabalho reconhecendo a entidade com o título de sindicato.

Com uma gestão colegiada, formada por treze secretarias, o Sinpro-DF conta, atualmente, com cerca de 32 mil filiados, entre professores(as) e orientadores(as) educacionais da ativa e aposentados(as).

Desde a sua criação, o sindicato tem atuado arduamente por melhores salários, melhores condições de trabalho e de vida, pela garantia e manutenção de direitos e contra todo tipo de injustiça.

De lá para cá, inúmeras vitórias foram alcançadas como, a Gratificação de Alfabetização, em 1994, a Gestão Democrática nas escolas, em 1995, a jornada ampliada, em 1996, a aprovação do 3º Plano de Carreira, reconhecido como o melhor do país e tantas outras.

Uma das bandeiras de luta em 2019 é pela valorização da categoria. Pensando nisso, o Sinpro-DF lançou a campanha Profissão Professor, que visa combater a criminalização do magistério e debater com toda a sociedade sobre a importância de valorizar a profissão que é uma das mais importantes para o desenvolvimento de uma nação.

“A história de sucesso do nosso sindicato é resultado da participação ativa de todos(as) os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais que, juntos(as), engrossam a luta em defesa dos direitos e da democracia”, afirma a diretoria colegiada do Sinpro-DF.



Filiado:
CUT
CNTE
DF



CUT
CNTE



COMEMORAR 1964?

Leonardo Boff



Fotos: Divulgação

Dedico este texto ao meu colega de seminário, Arno Preis, cheio de fome de justiça e de liberdade, assassinado em Paraíso do Norte-GO, no dia 15/2/1972.

Os 55 anos do golpe militar, pela violência que implicou, agora devidamente tirada a limpo pela Comissão Nacional da Verdade, não pode deixar nenhum cidadão consciente na indiferença. Importa assinalar claramente que o assalto ao poder foi um crime contra a Constituição e uma usurpação da soberania popular, fonte do direito num Estado democrático.

O primeiro Ato Institucional de 9/4/1964 alijou este princípio da soberania popular ao declarar que “a revolução vitoriosa como Poder Constituinte se legitima por si mesma”. Nenhum poder se legitima por si mesmo; só o fazem ditadores que pisoteiam qualquer direito. O golpe militar configurou uma ocupação violenta de todos os aparelhos de Estado para, a partir deles, mon-

tar uma ordem regida por atos institucionais, pela repressão e pelo Estado de terror.

Bastava a suspeita de alguém ser subversivo para ser tratado como tal. Mesmo detidos e sequestrados por engano como inocentes camponeses, para logo serem seviciados e torturados. Muitos não resistiram e sua morte equivale a um assassinato. Não devemos deixar passar ao largo, os esquecidos dos esquecidos que foram os 246 camponeses mortos ou desaparecidos entre 1964-1979. E agora está sendo descoberta a eliminação de muitos indígenas, tidos como empecilho ao crescimento econômico. Sobre alguns deles foram lançadas até bombas de napalm.

O que os militares cometeram foi um crime lesa-pátria. Alegam que se tratava de um estado de guerra, um lado querendo impor o comunismo e o outro defendendo a ordem democrática. Esta alegação não se sustenta. O comunismo

nunca representou entre nós uma ameaça real pois qualquer manifestação neste sentido era brutalmente reprimida, não sem o apoio da CIA dos EUA.

Na histeria coletiva do tempo da guerra-fria, todos os que queriam reformas na perspectiva dos historicamente condenados e ofendidos – as grandes maiorias operárias e camponesas – eram logo taxados de comunistas e de marxistas, como ocorre atualmente no atual regime no qual as palavras “comunista” e “cultura marxista” são usados como termos de acusação e vitupério, como se estivéssemos ainda no tempo da guerra-fria de 30 anos atrás.

Bispos como o insuspeito Dom Helder Câmara, sacerdotes trabalhando nas favelas, religiosas nos fundões de nosso país, leigos e leigas, defensores dos ideais democráticos e dos direitos humanos, intelectuais notáveis foram submetidos a rigorosa vigilância.

Contra eles não cabia apenas a vigilância. Muitos sofreram a perseguição, a prisão, o interrogatório arvilante, o pau-de-arara feroz, os afogamentos desesperadores. Os alegados “suicídios” camuflavam apenas o puro e simples assassinato.

Em nome do combate ao perigo comunista, se assumiu a prática comunista-estalinista da brutalização dos detidos. Em alguns casos se incorporou o método nazista de incinerar cadáveres como admitiu o ex-agente do Dops de São Paulo, Cláudio Guerra.

Causa espanto e constitui até um problema filosófico a falta de remorsos que o coronel reformado Paulo Magalhães há tempos, manifestou à Comissão Nacional da Verdade de ter atuado na Casa da Morte de Petrópolis, de ter torturado, assassinado, mutilado cadáveres e ter ocultado o corpo do deputado Rubens Paiva.

Rudof Höss, comandante do campo de extermínio nazista em Auschwitz que segundo seus próprios cálculos em sua autobiografia (*Kommandant in Auschwitz, 1961*) mandou para as câmaras de gás cerca de um milhão de judeus, também não mostrava nenhum arrependimento. Divertia-se atirando ao leu sobre os prisioneiros e chorava com uma criança ao chegar em casa ao saber que seu pas-sarinho preferido havia morrido. É o mistério da iniquidade.

O Estado ditatorial militar, por mais obras que tenha realizado (“o milagre econômico” foi apropriado apenas por 10% da população, pelos mais ricos, no quadro de um espantoso arrocho salarial), fez regredir política e culturalmente o Brasil. Expulsou ou obrigou ao exílio nossas mais brilhantes inteligências e nossos artistas mais criativos.

Afogou lideranças políticas e ensejou o surgimento de súcubos que, oportunistas e destituídos de ética e de brasilidade, se venderam ao poder ditatorial em troca benesses que vão de estações de rádio a canais de televisão e de outros benefícios sociais. E muitos deles estão aí, politicamente ativos e ocupan-

do até altos cargos da administração do Estado “democrático”.

Os que deram o golpe de Estado deveriam ser responsabilizados moralmente por esse crime coletivo contra o povo brasileiro, como vários juristas já o tem pedido. Os militares se imaginam que foram eles os principais protagonistas desta façanha nada gloriosa como ainda pensa o atual presidente Jair Bolsonaro.

Na sua indigência analítica, mal suspeitam que foram, de fato, usados por forças muito maiores que as deles. Disse-o acertadamente Tarso Genro, ex-governador do Rio Grande do Sul, numa entrevista ao Boletim Carta Maior (30/3/2014): “O poder não foi apropriado diretamente pelos militares para eles próprios. Foi um projeto político dos setores mais conservadores e reacionários (burguesia nacional e os latifundiários) que tiveram nas forças armadas um apoio e um protagonismo muito grande”.

René Armand Dreifuss escreveu em 1980 sua tese de doutorado na Universidade de Glasgow com o título: *1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe* (Vozes 1981). Trata-se de um livro com 814 páginas das quais 326 são cópias de documentos originais. Por estes documentos fica demonstrado: o que houve no Brasil não foi um golpe militar, mas um golpe de classe com uso da força militar.

A partir dos anos 60 do século passado, se formou o complexo IPES/IBAD/GLC. Explico: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Grupo de Levantamento de Conjuntura (GLC). Compunham uma rede nacional que disseminava ideias golpistas, composta por grandes empresários multinacionais, nacionais, alguns generais, banqueiros, órgãos de imprensa, jornalistas, intelectuais, a maioria listados no livro de Dreifuss.

O que os unificava, diz o autor “eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e refor-

mular o Estado” (p.163) para que fosse funcional a seus interesses corporativos. O inspirador deste grupo foi o maquiavélico General Golbery de Couto e Silva que já em “em 1962 preparava um trabalho estratégico sobre o assalto ao poder” (p.186).

A conspiração, pois, estava em marcha, há bastante tempo. Aproveitando-se da confusão política criada ao redor da renúncia do Presidente Jânio Quadros e da obstinada oposição ao Presidente João Goulart, que propunha reformas de base e principalmente a reforma agrária, e por isso, tido como o portador do projeto comunista, este grupo viu a ocasião apropriada para realizar seu projeto. Chamou os militares para darem o golpe e tomarem de assalto o Estado. Foi, portanto, *um golpe da classe dominante, nacional e multinacional, usando o poder militar.*

Conclui Dreifuss: “O ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar; foi um movimento civil-militar; o complexo IPES/IBAD e oficiais da ESG (Escola Superior de Guerra) organizaram a tomada do poder do aparelho de Estado” (p. 397).

Especificamente afirma: “A história do bloco de poder multinacional e associados começou a 1º de abril de 1964, quando os novos interesses realmente tornaram-se interesses do Estado, readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos” (p.489). Todo o aparato de controle e repressão era acionado em nome da Segurança Nacional que, na verdade, significava a Segurança do Capital.

O grande golpe de misericórdia ao regime ditatorial foi a publicação, patrocinada pelo Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, do livro *Brasil Nunca mais* (1984) Foram utilizados materiais de 770 processos militares completos com um volume de mais de um milhão de páginas. Ai, em fontes do próprio sistema, apareciam as barbaridades cometidas nos porões da ditadura.

Os militares inteligentes e nacionalistas que existem hoje em dia



deveriam dar-se conta de como foram usados por aquelas elites oligárquicas e antipopulares que não buscavam realizar os interesses gerais do Brasil, mas, sim, alimentar sua voracidade particular de acumulação, sob a proteção do regime autoritário dos militares.

A Comissão Nacional da Verdade prestou um serviço esclarecedor ao país ao trazer à luz toda esta trama. Ela simplesmente está cumprindo sua missão de ser Comissão da Verdade. Não apenas da verdade de fatos individualizados de violência aos direitos humanos, mas da verdade do fato maior da dominação de uma classe poderosa, (anti)nacional, associada à multinacional, para, sob a égide do poder discricionário dos militares, tranquilamente, realizar seus objetivos corporativos e excludentes.

Isso nos custou 21 anos de humilhação, de privação da liberdade, perpetrou assassinatos e desaparecimentos e impôs um oneroso padecimento coletivo. Esta classe está aí ativa, atuou fortemente no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e foi um esteio fundamental na vitória de Jair Bolsonaro.

Por fim, cabe ouvir as palavras da advogada Rosa Cardoso, advogada e defensora da prisioneira política Dilma Rousseff e hoje inte-

grante da Comissão Nacional da Verdade numa entrevista ao Boletim Carta Maior de 20/02/2014: *"Primeiro quero dizer que até hoje as Forças Armadas devem um pedido de perdão à sociedade brasileira, com o que estariam assumindo uma posição civilizada e democrática, que é, afinal de contas, o que se espera dos militares no século 21. Lamentavelmente, até agora, não recebemos nenhum sinal, nenhuma mensagem, que nos indique que haja algum desejo, por parte dos militares, de pedir desculpas e de fazer uma autocrítica política sobre seu comportamento"*.

Esta dívida eles a têm para com todo o povo brasileiro. E deverão um dia saldá-la. Assistimos, envergonhados, no dia 31 de março de 2019, usando os serviços oficiais do Estado, a exibição de um vídeo, ordenado pelo atual Presidente Bolsonaro, exaltando o golpe de 1964. Antes havia baixado ordem que nos quartéis se celebrasse esse fato, tido pelos historiadores como hediondo, o golpe de 1964.

O dia primeiro de abril de 2019, 55 anos do golpe civil-militar, é um dia de pranto e de luto pelas vítimas da repressão, mas também dia de ânimo, porque a truculência não pode sufocar o sentimento de dignidade nem abater os ideais demo-

cráticos que se firmam mais e mais em nossa consciência nacional.

Infelizmente ascendeu à Presidência em 2019 o ex-capitão Jair Bolsonaro. Ele desavergonhadamente exalta a memória do terrível torturador Ustra, nos USA dedica tempo para visitar a CIA, agência de informação que tantos golpes orquestrou nos anos 60 e posteriores, na América Latina; no Chile, para espanto de toda sociedade chilena e do próprio presidente Piñera, saúda o ditador Pinochet; e em Israel de Netanhiau apoia o expansionismo israelense contra a população palestina.

Esta figura atropela a Constituição, usa as mídias digitais para difundir falsas notícias, para suscitar ódio na sociedade, desrespeitando abertamente as leis. Como asseverou um corajoso magistrado do Rio de Janeiro Rubens R. R. Casara, vivemos num *Estado pós-democrático* e num *Estado sem lei* (títulos de dois livros seus, de 2018 e 2019).

Estamos na iminência de uma nova tomada do poder de Estado por forças militares, dada a degradação da política oficial, inerte, inoperante e totalmente confusa. Talvez nem quereriam assumir um Estado falido, mas as circunstâncias dramáticas da desorganização social, da entrega de bens comuns sociais que fundam a soberania, a grupos estrangeiros, da violência disseminada em toda a sociedade, se sintam forçados a isso.

Ninguém sabe para onde estamos indo. Parece que estamos num voo cego e sem rumo. Mas a nossa crença é que o Brasil é maior que sua atual crise. Tiraremos duras lições dela, mas sairemos mais maduros, democráticos e amantes desta porção ridente e maravilhosa do planeta Terra que é o Brasil.



Leonardo Boff
Teólogo, filósofo, escritor e presidente honorário do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis. Escreveu: *Brasil: concluir a refundação ou prolongar a dependência*, Vozes 2018.



LOJA XAPURI 100% SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.

GUARANI MBYA: OS GUARDIÕES DO MILHO

Zezé Weiss



O milho é alimento sagrado para os Guarani Mbya, povos indígenas de tradição milenar, presentes na região oriental do Paraguai, no nordeste da Argentina, e nas proximidades de Montevideu, no Uruguai.

No Brasil, os Mbya, cujo nome indígena se traduz simplesmente por "gente", vivem sobretudo em aldeias situadas nos estados do Sul - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul - e Sudeste - São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo -, em comunidades junto às regiões montanhosas do que restou da Mata Atlântica.

Dentre os grupos indígenas Guarani, os Mbya são os que ocupam, com continuidade, as principais áreas do litoral Atlântico. Ao realizar suas caminhadas em busca da terra sem mal (*yuy marãey*), ou da terra perfeita (*yuyju miri*), essas comunidades vão mantendo e recriando suas tradições em cada "novo lugar", dentre elas a plantação de suas roças de milho.

Os Guarani Mbya se consideram os guardiões do milho, buscando defender as condições territoriais para plantarem este alimento sagrado. Para tanto, a *tekoá* (lugar onde os Guarani Mbya vivem seu modo de ser) precisa ter condições de plantio e, além disso, um tamanho considerável.

Segundo a Funai, para os Mbya, alimentar-se com o milho guarani tem poder curativo e fortalecedor do

corpo e do espírito. Devido à sacralidade da relação dos Guarani Mbya com os alimentos, existem rituais de preparação para o plantio e a colheita, de modo a vincular os alimentos com seus espíritos protetores, e também para fortalecer e proteger aqueles que irão se alimentar.

O uso do *petyngúá* (cachimbo sagrado), para benzer os alimentos, é recorrente durante os rituais Guarani. Eles utilizam o milho para o *Nimongarai*, ritual de batismo, momento em que são revelados e distribuídos os nomes em língua Guarani às crianças da aldeia e que simbolizam suas verdadeiras almas. Os pais levam a criança à casa de rezas junto com elementos como o *ombojapé*, um tipo de alimento preparado com farinha de milho guarani e água, assado nas cinzas de uma fogueira.

Os povos Guarani Mbya também contam e ensinam histórias sobre os diversos tipos de milho, pois existe uma grande variedade de espécies do grão cultivadas entre os povos Guarani, de diversas colorações.



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

@zezeweiss



COMO SURTIU O MILHO KATETO: LENDA INDÍGENA DO POVO GUARANI

Conta o povo Guarani que, há muitos e muitos anos, em um lugar bem distante, havia uma aldeia onde não existiam muitos recursos e às vezes faltavam alimentos.

Nessa aldeia morava uma família que tinha um filho de pele branca e cabelos amarelados, com o nome de Avaxim. Ali, ninguém gostava de Avaxim, por ele ser diferente de todas as demais pessoas.

O tempo foi passando, o menino cresceu, virou adolescente, tornou-se um jovem e, quando deu o tempo de se casar, Avaxim se apaixonou pela filha do chefe da aldeia que, por causa aparência distinta do moço, não permitiu o casamento.

Depois de muito rezar para que Nhanderu (o deus criador) fizesse com que gostassem dele, Avaxim foi ficando cada vez mais triste e acabou morrendo de tristeza. Como não era considerado

parte da aldeia, seu corpo foi enterrado em local distante, longe das outras pessoas da comunidade.

No começo, por uma semana, sua irmãzinha ia todos os dias rezar pelo irmão. Depois, parou de visitar o local onde Avaxim estava enterrado. Passadas algumas semanas, ao voltar para rezar pelo irmão, a menina encontrou sobre sua cova uma viçosa planta, jamais vista por ela ou por seu povo.

Depois de uns três meses, a planta produziu umas espigas com lindas sementes douradas que foram replantadas e passaram a servir de alimento para todas as pessoas da aldeia. Daí pra frente, as sementes se multiplicaram e não teve mais fome.

Diz a lenda que Nhanderu atendeu o pedido de Avaxim. Ao se transformar na fartura generosa do milho, todos passaram a gostar dele.

SINTEGO NA LUTA PELOS/AS APOSENTADOS/AS!

Bia de Lima



Assim como todo/a trabalhador/a tem assegurado seu direito básico de receber o salário em dia, bem como férias e 13º salário, em Goiás, convencionou-se que aposentados/as têm direito a paridade, ou seja, eles/as devem receber de forma simultânea aos/as ativos/as.

Na Assembleia Geral da categoria, realizada no dia 1º de abril, foi deflagrada greve para os/as trabalhadores/as da Educação e, para o grupo dos/as aposentados/as, a deliberação foi um acampamento, em frente a sede administrativa do Governo de Goiás, o Palácio Pedro Ludovico Teixeira, com o objetivo de sensibilizar a sociedade. A luta do SINTEGO pelo salário de dezembro/2018 já chega a mais de três meses.

Os/as aposentados/as exigem a conclusão do pagamento de dezembro/2018, em que não houve paridade, dessa forma, a faixa salarial de inativos/as atingida foi muito inferior à dos/as ativos/as, além do salário de março/2019, que foi parcelado e só atingiu a faixa salarial de até R\$ 4 mil.

O SINTEGO sempre defendeu o grupo de aposentados/as, mas nesta greve o comportamento é diferente, pois eles são maioria. "Os/as aposentados/as são muito significativos/as. O governo precisa valorizar quem já participou da construção efetiva da nossa história, da educação pública brasileira, e merece total respeito. Deixar os/as aposentados/as sem salário, não respeitar a paridade, foi desumano, um absurdo", disse a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima.

Uma nova Assembleia Geral já foi marcada, ocasião em que devem ser avaliados os avanços no período de greve. O SINTEGO segue trabalhando para que todos/as os/as trabalhadores/as da Educação, independente do vínculo e da aposentadoria, tenham seus direitos garantidos!

#SINTEGO #NALUTA



"É um descaso muito grande. Quem já trabalhou, já contribuiu e ele [o governo] não tem compromisso com a gente. O SINTEGO é o elo entre os aposentados e o governo. Quando a gente está na escola a dinâmica é uma: nós temos ali os outros colegas, estamos no mesmo local de trabalho. Quando a gente aposenta, a gente perde essa referência que é o local de trabalho, então nós temos o SINTEGO como nosso ponto de apoio. É a nossa referência, nossa ligação. É ele que briga pelos nossos aumentos. Se não for o SINTEGO, nós aposentados não temos sequer a paridade".

Elisabeth Machado de Moraes – Secretária de Aposentados/as



Bia de Lima
Educatora. Presidenta do Sintego.



YMA SUMAC: A PRINCESA INCA

"ela tem uma pantera e um rouxinol em sua garganta"

Iêda Vilas-Bôas



Em homenagem a todos os povos indígenas da América Latina, nestes tempos em que a voz quase não arrisca sair da garganta e, quando sai, vem rouca, às vezes entremeada de um (in)contido choro, exaltamos a figura de Yma Sumac - A princesa Inca, dona de uma voz única e incomparável.

Zoila Augusta Emperatriz Chavarri Del Castillo nasceu em 13 de setembro de 1922, em Cajamarca, Peru, na aldeia de Ichocan, nos Andes peruanos. Lugarzinho gelado, abençoado, protegido pelas forças do Sol e da Lua a 16 mil pés de altura, equivalentes a quase uns cinco quilômetros. Falleceu em Los Angeles - EUA, aos 86 anos, no dia 1º de novembro de 2008.

O pseudônimo Yma Sumac deu-se por escolha própria e em homenagem a sua mãe Donna Emilia Atahualpa ou Ima Summack, descendente direta do último imperador do Peru, o grande Atahualpa (do quíchua *Ataw Wallpa*, 1502-1533) o déci-

mo terceiro e último Sapa Inca. Ima Summack significava, na língua quíchua, "linda flor", e até mesmo "linda garota".

Yma gostava de explicar essa nobre origem em suas entrevistas. Seu pai era Sixto Chavarri Del Castillo, mestiço, parte espanhola e parte indígena. Por ser uma princesa inca, ela foi criada como uma verdadeira indígena quíchua. Inclusive, há registros oficiais a respeito desse assunto nos arquivos do cônsul peruano em Nova York, de acordo com o Chicago Tribune, consta de uma declaração com o grande selo do Peru, que diz:

"Certifico que, tanto quanto é do meu conhecimento, e de acordo com as afirmações das autoridades sobre a história dos incas e sobre a história peruana em geral, cujos nomes serão fornecidos mediante solicitação, Imma Summack é descendente do Inca, Atahualpa". Assinado: José Varela y Ária, Cônsul Geral do Peru, 23 de maio de 1946".

Conta-se que a voz de Yma Sumac surgiu no festival anual como uma manifestação de louvor o deus Sol, nas montanhas geladas de seu povoado. Foi ali que sua voz de mulher ecoou entoando o tradicional Hino Inca ao Sol, música proibida para ser cantada por mulheres. Encantados, os indígenas viram que uma mulher podia cantá-lo, afinal ela era especial, diferente, era uma voz que saía das entranhas da Terra e alcançava o céu dos passarinhos.

A voz parecia que tinha vindo de outros mundos, os tons eram emocionantes e ecoavam para além do vale. A emoção tomou conta da multidão. Aquela voz representava a materialização da "Voz do Terremoto" e quem cantaria era Yma Sumac, descendente do Rei Atahualpa, a mulher mais linda dos Andes. Desde então, Zoila foi conhecida como Yma Sumac - A donzela escolhida do Sol.

A menina cresceu, tornou-se uma cantora lírica e uma notável soprano. Nos anos 1950, foi

uma das artistas mais famosas da música exótica internacional. Ela ainda é considerada a maior e melhor soprano de todos os tempos, graças ao mérito de seu enorme alcance vocal que abrangia notas de baixo-barítono ao soprano colatura.

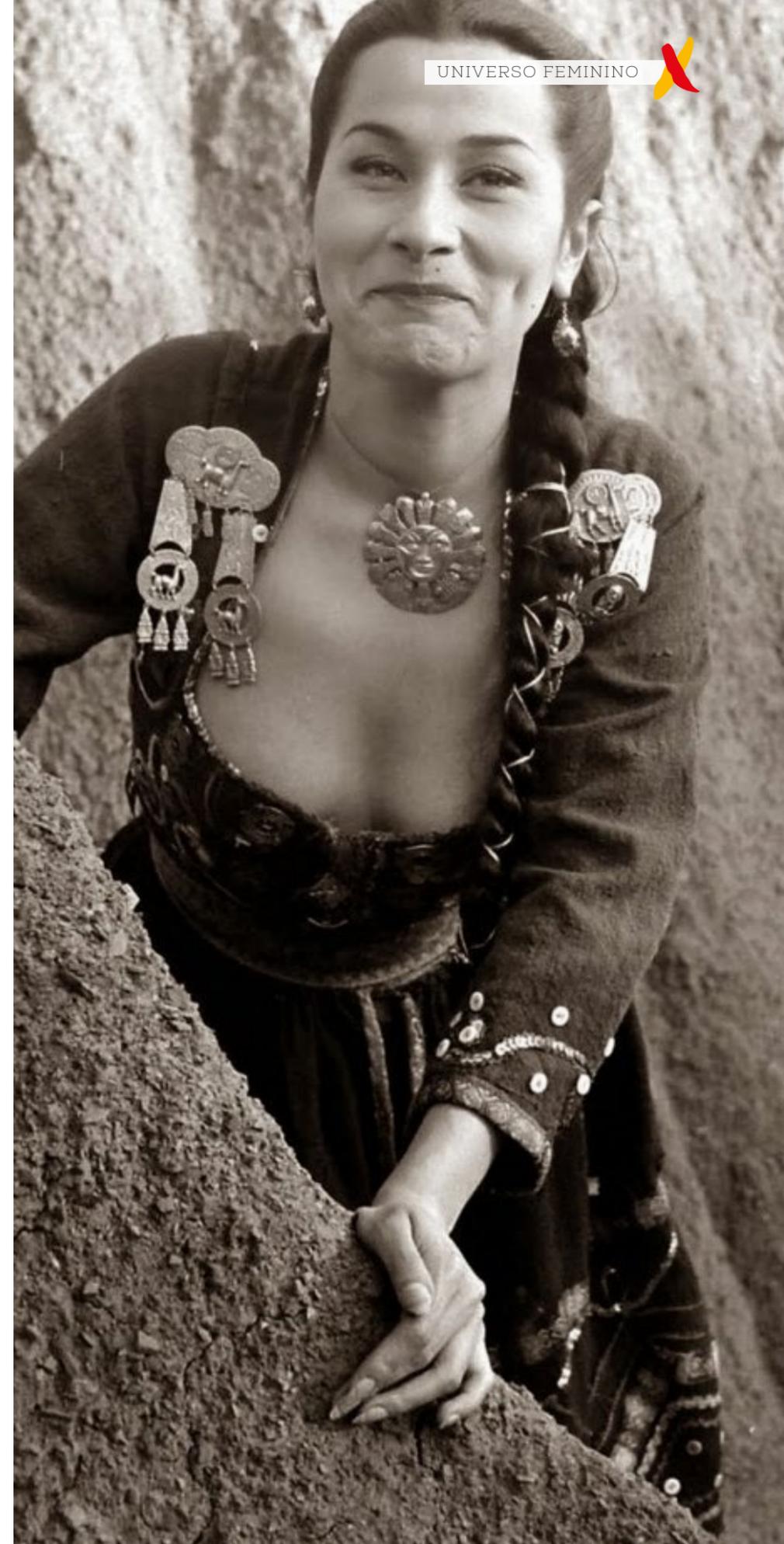
Alcançou, em seu auge, as cinco oitavas de acordo com o Guinness, numa época onde o alcance de um cantor de ópera variava entre 2,5 e 3 oitavas. Quem entende profundamente de música, ou quem abrir seus ouvidos para os sons emitidos por Yma Sumac, irá entender e apreciar este estrondoso alcance vocal. A Princesa Inca teve voz mais incrível e fazia incursões do grave para o agudo, ou vice-versa, com a mesma naturalidade de quem canta canções de ninar. Diziam "ela tem uma pantera e um rouxinol em sua garganta".

Com seus fartos cabelos negros, olhar esguio e roupas coloridas, levou a cultura peruana inca para os Estados Unidos e lá fincou raízes. Suas apresentações, além de grande teor artístico musical, também eram um verdadeiro show em explosão de cores.

Inicialmente, Yma Sumac cantou nas rádios peruanas e, depois nos EUA, a partir de 1942. Nesse mesmo ano, com apenas 14 anos de idade, ela se casou com o maestro Moises Vivanco, um mestiço de espanhol com indígena quíchua, que era seu empresário, seu parceiro de shows, seu figurinista, seu compositor preferido, seu *personal* vocal e seu grande amor.

O figurino de Yma Sumac era um espetáculo à parte. Para cada música um figurino específico e muito bonito. Moisés Vivanco também foi grande músico e soube reconhecer e valorizar o dom, a genialidade musical e toda cultura indígena-peruana de Yma Sumac.

Yma gravou no mínimo 23 canções da música folclórica pe-



ruana e indígena. Ela gostava de cantar os cânticos entoados nos rituais aos deuses peruanos, misturando ritmos latinos com pretensas músicas sacerdotais dos incas. Essas gravações foram muito bem recebidas pela Odeon (gravadora que gravou suas primeiras canções).

Em 1946, Yma e Vivanco se mudaram para a cidade de Nova Iorque, formando o Inca Taky Trio, composto por ela, por sua prima Cholita Rivero como contralto e Vivanco no violão. Em 1954, aparece cantando e atuando no filme *O Segredo dos Incas* (pode ser visto no Netflix).

A voz de Sumac era de notável extensão, que ia de notas de soprano coloratura (um tipo de soprano de ópera que tem a voz mais aguda de todas e é especializado em repertório distinguido por sua agilidade, saltos e alta extensão), até notas típicas de barítono (mais grave). Sua voz se assemelhava, em algumas notas, com a voz masculina intermediária, que se encontra entre as extensões vocais de baixo e tenor.

Por vezes, sua voz era mais grave e aveludada que a dos tenores, com notas graves e cavernosas. Por exigência da Ária ou da canção, tirava da garganta uma voz madura e viril. Sua capacidade vocal era realmente surpreendente no registro superagudo. Yma parecia, sempre, estar cantando com duas vozes. Seu tórax, em si, se constituía em uma caixa de som com potentes amplificadores.

Vários foram os comentários, no meio musical, a respeito de sua fantástica voz. O compositor clássico Virgil Thomson descreveu a voz de Sumac como "ora muito baixa e quente, ora muito alta e semelhante a um pássaro"; (...) "Sua voz é, sem dúvida, bonita e sua técnica vocal é impecável".

Nossa Princesa Inca cantava de modo dramático e envolvente,

soando como o canto dos pássaros. Yma Sumac era afinadíssima, possuidora de técnica vocal impecável. Ninguém, ainda, consegue ouvi-la e ficar imune aos seus sons. Dona de uma voz dócil e potente dava vida ao seu repertório saindo de uma nota musical e entrando em outra sem perder o virtuosismo e o preciosismo musical.

Sua voz causou inveja aos cantores de ópera, na Itália. Yma recebeu elogios da imprensa latino-americana, norte-americana e europeia. A seu respeito disseram:

"A maior revelação do nosso tempo/ Yma Sumac sensibilizada artística domina todo o Brasil com sua voz mágica e divina os problemas do nosso mundo moderno são esquecidos através do magnetismo deste dom fabuloso, que nos vem descendente direto de Atahualpa, o último rei Inca./ Yma Sumac, cantora peruana maravilhosa, introduz um tipo de hipnose, quando ela canta./ A peruana, Yma Sumac, mantém o público congelado com uma fabulosa variedade de quatro oitavas./ Não há voz como essa no mundo da música hoje./ Sua voz tem um alcance maior do que qualquer voz feminina de concerto ou ópera. Ela se eleva na atmosfera acústica ou preenche a profundidade do sub-contralto de tom com igual facilidade. Tais vozes acontecem apenas uma vez em uma geração/ Sua voz é a dos pássaros e do terremoto".

Yma foi especialista em canções de seus conterrâneos nativos, os indígenas quíchua. Ela cantou o Xtabay, as Choladas, a dança do festival da Lua e a Ataypura (canção dos Andes Altos). Cantou o Accla Taqui (Canto das Donzelas Escolhidas). Essa canção é de certo modo especial, pois falava sobre a decisão das virgens do Sol, que serviam como noviças no templo do Sol

por três anos vestidas de branco com guirlandas de ouro em suas cabeças. Depois de três anos, as virgens decidiam se queriam permanecer virgens do Sol para o resto de suas vidas ou receber maridos. Também foi considerada uma excelente cantora de Música Popular.

O Peru é o país de grandes cantores líricos tais como Luigi Alva, o grande tenor rossiniano, e Juan Diego Flórez, outro grande tenor especializado em bel canto; entretanto, a voz de Yma Sumac estava um patamar acima das escolas e da própria escala musical.

A crítica afirma que nunca houve e dificilmente haverá outra Yma Sumac. Sua última apresentação foi em 1988 e ela faleceu em Los Angeles 20 anos depois, em novembro de 2008, com as cordas vocais intactas, tendo trabalhado com sua voz por 55 anos.

Era um portento. E soube, através de seus espetáculos e de sua fenomenal voz elevar e mostrar a cultura, as canções e a religiosidade dos peruanos aos mais distintos cantos do mundo. Mostrou que, a despeito do pensamento comum, a América Latina e os povos indígenas têm uma riqueza cultural enorme, além de arte ímpar, fazendo com que nosso povo, do lado de cá, fosse mais conhecido e respeitado. Salve, eternamente, Yma Sumac!



Iêda Vilas-Boas
Escritora

LOJA XAPURI 100% SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.





Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura,
faz a Xapuri continuar acontecendo!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **150**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL R\$ **250**,00
24 EDIÇÕES
(BÔNUS: REVISTA DIGITAL)

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE